

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 2.833, DE 2003 (Do Sr. Hamilton Casara)

Dispõe sobre a utilização de áreas de várzeas e de preservação permanente na Amazônia Legal.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO DEPUTADO CARLOS SOUZA

O Projeto de Lei nº 2.833, de 2003, de autoria do Deputado Hamilton Casara, visa permitir que populações tradicionais e ribeirinhas, proprietários e possuidores de pequena propriedade rural ou de posse familiar da Amazônia Legal possam utilizar áreas de várzea e de preservação permanente em atividades agroflorestal e extrativista. O Projeto estabelece que tais atividades são de interesse social, quando realizadas por essas populações. Determina, ainda, que as atividades agroflorestal e extrativista somente poderão ser realizadas nas áreas mencionadas quando for concedida autorização ou licença ambiental específica pelo órgão ambiental competente.

Em seu Parecer, a Deputada Maria Helena, Relatora da proposição, argumenta que a matéria em questão já está contemplada na Medida Provisória nº 2.166, de 2001, que alterou a Lei nº 4.771, de 1965, que institui o Código Florestal. No entanto, segundo a nobre Relatora, “ao vincular

categoricamente a permissão da prática de manejo agroflorestal sustentável à não descaracterização da cobertura vegetal e à não prejudicialidade da função ambiental da área, a Medida Provisória criou um empecilho às populações tradicionais, pois não ressalvou as práticas exercidas por essas populações”. Isso posto, a Relatora Maria Helena concluiu pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo por ela apresentado. No Substitutivo, no lugar de manter a proposta original de criar uma nova lei, a Relatora propõe a modificação do art. 1º, § 2º, V, *b* “da Medida Provisória”.

Não obstante concordarmos com o Deputado Hamilton Casara, autor do Projeto de Lei nº 2.833/03, e com a Deputada Maria Helena, Relatora da proposição, entendemos que algumas considerações necessitam ser feitas.

Inicialmente, reiteramos nossa concordância com o autor, no sentido de que as normas do Código Florestal, em sua versão original, de fato não levavam em conta as diferenças regionais. Por esse motivo, o Código colocou em situação de ilegalidade as populações ribeirinhas da Amazônia, que tradicionalmente exploram as margens dos rios em atividades extrativistas que não comprometem o equilíbrio ambiental.

Concordamos, também, com a nobre Relatora, quando afirma que a Medida Provisória nº 2.166/01 abriu a possibilidade de que essa injustiça seja reparada, ao permitir que a floresta de preservação permanente seja suprimida, por meio de autorização do órgão competente, em caso de interesse social (art. 4º do Código, alterado pela Medida Provisória). Incluem-se como de interesse social “as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar, que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área” (art. 1º, § 2º, V, *b*). Vê-se, pois, que as comunidades ribeirinhas não estão impedidas de praticar o extrativismo sustentável.

O Substitutivo da Relatora visa alterar justamente o mesmo dispositivo (art. 1º, § 2º, V, *b*), que define interesse social, acrescentando à redação original a expressão “populações tradicionais” e, dessa forma, garantindo

a estas o direito de também realizar atividades agroflorestais sustentáveis em áreas de preservação permanente.

Entretanto, consideramos que seria injusto garantir a permanência de populações tradicionais e impedir a permanência de cooperativas e associações de agricultores que desenvolvam atividades semelhantes. Em nosso entendimento, o que deve ser garantido é que o uso da área seja, efetivamente, sustentável, evitando-se, por exemplo, a aplicação de agrotóxicos e o uso de práticas agrícolas nocivas ao equilíbrio ambiental.

Entendemos, portanto, que o Projeto de Lei nº 2.833/03 aperfeiçoará em muito o Código Florestal, dando a oportunidade aos agricultores e extrativistas a continuar exercendo suas atividades, desde que em bases sustentáveis.

Isso posto, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 2.833, de 2003, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado CARLOS SOUZA

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.833, DE 2003

Altera a Lei nº 4.771, de 1965, que institui o Código Florestal, alterada pela Medida Provisória nº 2.166, de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º, § 2º, V, b, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), previsto pelo art. 1º da Medida Provisória nº 2.166, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

§ 2º

.....

V -

a)

b) as atividades de manejo agroflorestal sustentável realizadas na pequena propriedade, em posse rural familiar ou, ainda, por população tradicional, cooperativas e associações de agricultores, vedada a

aplicação de agrotóxicos e o exercício de práticas que descaracterizem a cobertura vegetal e prejudiquem a função ambiental da área;

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado CARLOS SOUZA